

A PAISAGEM URBANA DA RUA 20 EM GOIÂNIA: ENTRE MEMÓRIAS, HISTÓRIAS, TRANSFORMAÇÕES

THE URBAN LANDSCAPE OF 20TH STREET IN GOIÂNIA: BETWEEN MEMORIES, HISTORIES AND TRANSFORMATIONS



Letícia Soares Martins Ribeiro

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

leticiamartins2@discente.ufg.br



Christine Ramos Mahler

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

christine.ramos@ufg.br

1

Resumo

Esse artigo tem como proposta a discussão acerca dos conteúdos simbólico, histórico e arquitetônico da Rua 20, no Setor Central de Goiânia e dos processos recentes que os impactam, com o objetivo de analisar algumas das transformações ocorridas em sua paisagem urbana original e os apagamentos dela decorrentes. A hipótese é que a recente oferta de locais a venda nessa rua – inclusive de edificações do período de construção da cidade – gera demolições, espaços não habitados e substituições, como os empreendimentos verticais e promove novas categorias na sua paisagem contemporânea, oriundas do desconhecimento de seus valores de origem e, principalmente, impulsionadas pela ausência de políticas voltadas para a manutenção e revitalização do centro histórico. Foram realizadas leituras de referências sobre o tema e sobre o objeto de análise, na perspectiva histórica e documental, além de estudos cartográficos do espaço urbano. A metodologia historiográfica foi aplicada para guiar a compreensão do estado da arte e construir as discussões pretendidas. Por fim, este artigo pretende demonstrar a importância e o papel da Rua 20 para a história de Goiânia e chamar a atenção para as transformações e apagamentos ocorridos no cenário dessa rua, como processos decorrentes das políticas de exploração do território.

Palavras-chave: Núcleo pioneiro. Rua 20. Arquitetura moderna. Paisagem urbana. Cartografia.

Abstract

This article proposes a discussion about the symbolic, historical, and architectural content of 20th Street, in the Central Sector of Goiânia, and the recent processes that have impacted it. The goal is to analyze some of the transformations that have occurred in its original urban landscape and the resulting erasures. The hypothesis is that the recent availability of properties for sale on this street – including buildings from the city's construction period – has led to demolitions, uninhabited spaces, and replacements, such as vertical developments, introducing new categories into its contemporary landscape. These changes arise from a lack of knowledge about its original values and, primarily, from the absence of policies aimed at maintaining and revitalizing the historic center. References on the subject and the object of analysis were consulted from both historical and documentary perspectives, along with cartographic studies of the urban space. The historiographic methodology was applied to guide the understanding of the state of the art and to construct the intended discussions. Finally, this article seeks to demonstrate the importance and role of 20th Street in Goiânia's history and draw attention to the transformations and erasures that have occurred in the landscape of this street, as processes resulting from territorial exploitation policies..

Keywords: Pioneer nucleus of Goiânia. 20th Street. Modern architecture. Urban landscape. Cartography.

Introdução

O conceito de paisagem é amplo e permite diferentes interpretações e abordagens. Para Cullen (1971) a paisagem urbana é a composição de elementos que organizam o espaço de uma cidade, como as casas, edifícios, ruas e marcos. Já para Rossi (2001), os fatos urbanos são palimpsestos ancorados na memória coletiva, que compõem a sua tessitura histórica e constroem o significado do seu patrimônio. No entanto, em muitas cidades brasileiras, a paisagem dos núcleos pioneiros não é preservada e sofre com modificações causadas pelas políticas de substituição, que negligenciam os valores histórico, arquitetônico e simbólico dos edifícios, impactam o cotidiano de sua população e muitas vezes, desconsideram as necessidades locais.

3

Analisar a paisagem de uma cidade é uma tarefa complexa, pois esse objeto é entremeado pelas transformações oriundas das dinâmicas do e no passar do tempo. Uma rua é uma porção de cidade, com um intervalo espacial definido, mas com o intervalo temporal abrangente, cujos processos, muitas das vezes, extrapolam a possibilidade de documentação. Por isso, é importante entender a sua carga simbólica e histórica, recompor sua paisagem e, a partir daí, incorporar leituras multilaterais e incorporar vozes extraoficiais.

Para se estudar uma cidade e, conseqüentemente, desvelar suas transformações, é necessário “coletar, arquivar, interpretar dados e segredos abertos” encontrando “uma forma visual ordenada ou caótica para representar os fluxos de informação” (Mesquita, 2012, p. 126). As camadas envolvidas e as temporalidades são, portanto, inúmeras e os documentos históricos possibilitam a aproximação inicial para estudos dessa natureza. No entanto, muitas vezes eles são incompletos e insuficientes para abarcar os processos urbanos ocorridos ao longo do tempo. Dessa maneira, torna-se necessário complementá-los e elenca-se o mapeamento como procedimento de entendimento e de construção de uma narrativa que permita estudar o cotidiano, para incluir vozes não oficiais e informações subjetivas acerca do objeto.

Não faltam motivos para se estudar a Rua 20 do Setor Central, a primeira rua com paisagem de conjunto a ser construída no núcleo pioneiro de Goiânia, Goiás (Lima Filho; Machado, 2007) – deve ser, portanto, ser lida a partir das memórias, imagens e pontos espaciais representativos e, para além desses documentos,

deve contemplar múltiplas percepções e vozes, garantir que suas singularidades sejam incluídas, divulgadas e preservadas, apesar das perdas ocorridas.

Para Santos (2012), mapear é um processo coletivo e “social”, ou seja, ele gera uma relação de poder entre quem o produz e quem é cartografado nesse processo. Para ele:

[...] pensar no espaço é o pensar com o espaço. Neste caso, o objeto cartográfico é instrumento de identidade e articulação, e também de disputa nas leituras e representações da realidade que servem de base para tomadas de decisão e ações. [...] Cada mapa produzido trata-se, portanto, de uma leitura contextualizada da realidade (Santos, 2012, pp. 4-5).

Essa também é a visão defendida por Crampton e Krygier (2006). Para eles, o mapa é um instrumento de poder, já que o seu desenho é realizado e motivado a partir de preocupações práticas estatais. Para os autores, os estudiosos devem se preocupar mais com o olhar capaz de codificar os elementos urbanos e as identidades produzidas, do que com o resultado – a estética e em como mapear – focando, assim, no processo, nas invisibilidades que podem ser percebidas e no entendimento gerado.

Já para Jameson (1991), a representação da imagem está relacionada à própria condição de existência em que a “reconquista prática do senso de lugar e a construção ou reconstrução de um conjunto articulado pode ser retida na memória e o indivíduo pode mapear e remapear [...]” (Jameson, 1991, p. 51). Sperling (2016) complementa que as práticas cartográficas podem captar processos emergentes e conformações que são invisíveis pelos meios consensuais por meio do olhar treinado de seus estudiosos.

Ademais, um ponto importante para se destacar é que não é possível se manter a neutralidade na produção de cartografias. Desse modo, nas mãos do capitalismo e das instituições, os mapas são instrumentalizados para mostrar e executar a realidade escolhida pelos poderes vigentes na cidade. Assim, “mapear de maneira diferente significa redefinir mapas de maneira crítica” (Mesquita, 2018, p. 30), mantendo o foco no que se quer entender ou evidenciar. Com isso, consegue-se justificar as escolhas políticas, os controles privados sobre os espaços públicos e legitimar marcos urbanos e bens comuns (Mesquita, 2018) como, por exemplo, a escolha do patrimônio histórico que deve ser tombado, valorizado e protegido em uma cidade.

A partir dessas ideias, infere-se que, ao tratar de transformações de um centro urbano – ou, no caso desse estudo, de uma rua – os marcos de memória e os elementos pontuais representativos do cotidiano podem ser identificados e lidos a partir das relações presentes no tecido urbano (Lynch, 2006). No entanto, nem sempre esses locais – que estão presentes no imaginário coletivo – são representados nos mapas e estudos cartográficos, uma vez que, devido à institucionalização, muitas vezes a história oficial é narrada a partir do ponto de vista que favorece decisões políticas preestabelecidas e torna, no caso da arquitetura, o patrimônio negligenciado.

Goiânia é um exemplo desse caso. Para Mello e Vaz (2015), o processo de tombamento em Goiânia não teve uma imagem consolidada na memória de sua população:

[...] se voltarmos ao tombamento do centro histórico e de seus edifícios percebe-se que não há o mesmo retorno, ou seja, os goianienses não cultivaram uma memória compartilhada, porque lhes faltou uma imagem de cidade a ser da mesma forma desejada e reverberada. Os sonhos e desejos de Pedro Ludovico redundaram numa memória social em que todos se viam imbuídos de construir aquela cidade. Atualmente, não há reverberação, e os moradores de Goiânia não estabelecem conexões de pertencimento com o acervo tombado e pouco com a cidade como um todo (Mello; Vaz, 2015, p. 10).

A Capital, planejada na década de 1930, foi uma experiência desafiadora em seu processo de urbanização. Entre as décadas de 1930 a 1960, foram escolhidos para compor o seu cenário os estilos arquitetônicos: art déco, normando, eclético, neocolonial e moderno, para expressar a modernidade da época e uma ruptura com a tradição do então centro governamental de Vila Boa. Em Goiânia, a primeira via a possuir uma composição urbana construída foi a Rua 20, no setor Central (Lima Filho; Machado, 2007). Assim, ainda hoje é possível observar nela parte do seu conteúdo histórico, arquitetônico e simbólico, resquícios das primeiras décadas da construção da cidade.

Dessa maneira, a Rua 20 é uma representação – e um elemento de estudo – dos processos ocorridos no centro de Goiânia, em um amplo arco temporal, desde a ocupação do núcleo pioneiro. A diversidade de estilos que abarca, no bojo da modernidade, foi gerada por uma cartilha de modelos a serem seguidos, aplicados nas casas-tipo (Moura, 2011). Esse legado compõe não apenas a paisagem, mas também o imaginário coletivo. No entanto, esses valores permaneceram alheios

aos poderes público e privado. Como já dito, as transformações ao longo das décadas impactaram a sua paisagem, a sua identidade e o seu cotidiano, o que a torna um exemplo da fragilidade de sua condição urbana do ponto de vista histórico e da valorização patrimonial, fenômeno este similar aos existentes em outras cidades brasileiras.

Transformações da paisagem e a sobreposição de camadas históricas entre 1930 – 1980 na Rua 20

Para Harvey (2014), o direito à cidade é um direito coletivo e está ligado à reinvenção urbana. Para ele, no último século, as cidades passaram por diversas transformações em suas paisagens para se adequar aos seus habitantes e às demandas políticas e econômicas vigentes. A cidade é dinâmica, polissêmica e plural, como já dito, e seus espaços tendem a se modificar com o tempo, uma vez que, dependem de manutenção, de conservação, de significado para se manterem vivos. Nas cidades brasileiras em geral, observa-se processos de desenvolvimento de eixos comerciais e de surgimentos de novas centralidades. Com isso, há um movimento de deslocamento do interesse populacional e os bairros periféricos que, por seus custos menos onerosos, tendem a receber a população que não consegue habitar o centro histórico.

Sobre a temática de revitalização das regiões centrais de cidades, Jacques (2003) afirma que é possível observar que os centros históricos se tornam receptáculos de turistas, enquanto a população local é retirada de seus locais de origem e alocada em bairros periféricos das cidades. Esse processo se baseia na tríade cultura-lazer-turismo – para as cidades que possuem essa condição – e gera projetos que globalizam a preservação do patrimônio urbano para inseri-lo no mapa turístico cultural mundial (Jacques, 2003). Por causa desse processo, os habitantes acabam nem sempre se identificando com o seu patrimônio tombado. Para Jeudy (2005) patrimônio deve ter significado – ser reconhecido pelos seus habitantes. Caso contrário, o tombamento isolado passa a ser apenas uma ação política, prejudicando, assim, a preservação dos bens que fazem parte da memória e do imaginário coletivo de um povo, quando se trata de ações de interesses unilaterais especulativos e promoção de negócios lucrativos.

Soja também analisa o crescimento das cidades. O conceito de Postmetrópolis (Soja, 2013) foi cunhado a partir de pontos estudados por Léfèbvre: a percepção do espaço, a representação do imaginário e a memória com foco nas temporalidades expressas no local. Para o autor, as cidades contemporâneas apresentam processos de urbanização caracterizados pelo aumento das desigualdades sociais, alargamento das diferenças salariais e a formação de dualidades de raça, gênero, classes e entre trabalhador e dono do capital. Com isso, a cidade passa a viver conflitos que têm efeitos sociais refletidos no espaço urbano.

Para Soja (2004), essa urbanização gera um êxodo dos habitantes dos centros para as periferias, fenômeno que ele denomina de “Exópolis”, e a ascensão das “cidades-fortalezas”. Nela surgem inúmeros condomínios, verticais e horizontais, com vigilância tanto tecnológica quanto policial e os habitantes, em busca de segurança, passam a ser reféns/prisioneiros, devido ao controle social fomentado pelo capital e pelo Estado. Ele defende que a cidade é um espaço formado pela sobreposição de “layers”. Para o autor, os novos processos de urbanização sobrepõem as camadas antigas presentes no espaço e se conectam a elas de maneira complexa. Assim, é possível observar nas cidades várias construções de diferentes períodos históricos, com diferentes significados e representações – e até mesmo, vários elementos em uma mesma edificação – conectados pela via urbana. Para ele, é essencial entender as camadas presentes na paisagem, como elas foram modificadas e como se conectam para se estudar o tecido urbano.

A Rua 20 é um exemplo em que o resultado de sua construção e reconstrução é o amálgama de memórias e transformações. Essa rua abrigou, nas primeiras décadas, edifícios com finalidade institucional, como o prédio da antiga Faculdade de Direito da UFG – atualmente a Justiça Federal. Em entrevista feita pelos autores Frota Filho e Galli (2020), Maria Lúcia Félix Bufaiçal afirma:

A rua, muito diferente do que é hoje, era totalmente residencial. Por ela, descíamos para ir à matine no Cine Goiás e Santa Maria, depois íamos tomar sorvete na Fonte Expresso, voltando pelo mesmo caminho para visitar minha avó. Havia a Faculdade de Direito, onde minha mãe estudou e meu pai dava aulas. Havia as procissões que passavam por ali, tomei parte em algumas; havia a Dinah Aguiar, amiga de minha mãe pessoa doce e frágil. Na adolescência, muitos amigos meus, colegas de Liceu, quando não moravam, faziam ponto pelas redondezas; a missa das 7, na Catedral, os domingos, era um “point” para encontros e “namorinhos”. O Caio Jardim, meu amigo querido, morava vis a vis com a Casa Paroquial.[...] Havia, como

até hoje, um hospital, Hospital Maria Auxiliadora¹, onde uma vez, pelo menos, minha mãe foi internada para tratar a depressão. [...] A Rua 20 era apenas uma rua, como tantas, mas as histórias que deixou, o lado bom e o lado triste que estavam em seu ar, pregados em seus muros, morando em suas árvores, é que tinham significado (Frota Filho; Galli, 2020, pp. 290-291).

A predominância residencial e a variedade de usos, agregaram valor ao cotidiano da rua, promovendo sua dinâmica e sua urbanidade (Jacobs, 2007). Como o relato acima demonstra, com o tempo, a paisagem de muros se impôs e o declínio da vitalidade e segurança da rua se consolidou. E como defendido por Marilda de Godói Carvalho, ex-moradora da Rua 20 (Frota Filho; Galli, 2020):

Percorrendo a minha velha Rua 20, de tantas lembranças, devagarzinho vou lembrando o que resta dela dos meus tempos. O progresso chegou disparado, graças a Deus. Ele tem o seu lado positivo. Mas é preciso que a memória não desapareça com o crescimento. É preciso que relembremos sempre que a vida não começa nessa geração (Frota Filho; Galli, 2020, p.7).

No centro de Goiânia, o processo de maior transformação da paisagem se iniciou a partir das décadas de 1950 e 1960 (Vilarinho, 2018), desencadeado pelas políticas urbanas presentes no Plano Diretor da época, que incentivavam os grandes empreendimentos e a verticalização da região. Gonçalves (2002) descreve sobre esse momento:

Até o final da década de 1940, houve um grande controle da expansão urbana da cidade por parte do Estado, principalmente através de decretos e leis. As questões vinculadas a parcelamentos, comercializações e doações de terra foram realizadas pelo Departamento de Venda e Terras, órgão do governo. Na verdade, podemos considerar tal zelo como medida salutar, que em muito contribuiu para a implantação de parte do Plano de Urbanização de Goiânia, combatendo a especulação imobiliária durante o “nascimento” da cidade. A queda do Estado Novo e a consequente mudança política que aconteceu contribuíram para que surgisse nos anos 50 uma outra realidade [...] (Gonçalves, 2002, p.III).

Ao observarmos o mapa (Figura 1) e as imagens da década de 1950 e 1960 (Figura 2 e 3), na região da Rua 20, é possível observar essas modificações em que, apesar de ainda ser possível visualizar resquícios da horizontalidade, característica visual do projeto inicial do centro, observa-se um volume significativo dos condomínios verticais. Dessa maneira é possível perceber, por meio das fotografias, mapas e

¹ Atual stande de vendas do edifício Katedral Sky Rooftop (Figuras 9 e 10).

reportagens durante essas décadas, as camadas históricas sendo sobrepostas e as transformações ocorrendo na Rua 20.

Figura 1 - Mapa de estudo realizado demarcando a região da Rua 20 nas décadas de



Figura 2 - Vista aérea da catedral de Goiânia, 1957. Fotografado por Silvo Berto.
Fonte: MIS00937, Acervo MIS|GO, Goiânia - GO.



Figura 3 - Vista Aérea. Década de 1960. Fotografado por Alois Feichtenberger.
Fonte: AF1653, Acervo MIS|GO, Goiânia - GO.

Fonte: Leticia Ribeiro, 2024.

Vilarinho (2018) observa que, na década de 1980, iniciou-se um processo de afastamento da classe média e alta do Setor Central. Esses habitantes se mudaram para os bairros Oeste, Bueno e Marista. Assim, o centro entrou em estado de declínio social e, com isso, ocorreu um rápido esvaziamento e desvitalização da região. Assim, surgiram os subcentros, produtos da descentralização e dispersão da população para a periferia. Com isso, essa região foi classificada como um local já estruturado (e saturado) e o interesse privado voltou-se para as novas regiões. Dessa maneira, o centro - e, conseqüentemente, a Rua 20 - passou a abrigar as atividades comerciais, administrativas e de serviços remanescentes - gerando um uso característico diurno e um esvaziamento durante a noite - e o seu patrimônio foi invisibilizado intensificando a sua degradação e deterioração.

Disputa de poder e políticas urbanas nas intervenções da Rua 20

Para Carsalade (2010), os centros urbanos brasileiros sofreram com a desconfiguração da paisagem urbana como efeito de legislações e políticas urbanísticas que encorajavam a substituição. Para o autor, as intervenções nos centros valorizavam apenas as obras que eram “excepcionais”, considerando que o entorno não possuía valor histórico ou simbólico para a população, ou privilegiava momentos que supostamente teriam uma excelência estética. No caso de Goiânia observa-se o favorecimento do reconhecimento oficial do estilo art déco, em função do Dossiê do Tombamento (Manso, 2004).

Na Rua 20, casas que faziam parte da memória e do patrimônio goianiense foram demolidas com base nesse argumento. Isso é mostrado nas reportagens encontradas, como na Figura 4, que contam a história por trás das mudanças na paisagem, que prejudicaram a composição da memória, o reconhecimento espacial e geraram uma perda de identidade.

Figura 4 - Reportagem do Diário da Manhã, de 26 de agosto de 1983, da demolição da residência que pertenceu à família de Pardal dos Reis Gonçalves na Rua 20. Fotógrafo: Wagner Soares.



Fonte: Frota Filho; Galli, 2020, p.77.

Para Valva (2017), a cidade não deve ser congelada e nem ser transformada em um museu. No entanto, segundo a autora, considerar o espaço urbano, ou parte dele, como patrimônio é discutir a sua preservação aliada com as demandas da atualidade, tanto físicas quanto sociais. No caso da Rua 20, o impacto na paisagem não foi considerado pelo poder vigente, apesar das discussões, conflitos e críticas

relatados por usuários e moradores na mídia local. Ao contrário, as demolições foram aprovadas e camadas de história foram apagadas do cenário dessa rua.

Um exemplo da sobreposição de “layers” (Soja, 2004) perdidas nessa via é a casa modernista (Figura 6, 7, 8, 9 e 10) que foi comprada pela AGL (Academia Goiana de Letras), antiga residência de Colemar Natal e Silva – influente advogado e primeiro Reitor da Universidade Federal de Goiás – e que possui predominantemente o estilo art déco. A casa demolida, localizava-se ao lado da AGL, foi comprada para ser um anexo da sede do órgão (Godinho, 2018). Em 2014, o edifício deixou de ser uma residência e se tornou a sede operacional do movimento MUDA – Ocupação em Arte Urbana. Esse lugar permaneceu quase intocado, tendo suas fachadas grafitadas com intervenção de artistas (Figura 8). No entanto, em 2018 ocorreu a sua demolição, conforme o processo mostrado pelo mapa abaixo (Figura 6). Em 2024, esse lugar permanece um espaço vazio (Figura 7 e 10), sem uso e a cidade perdeu um exemplar da arquitetura modernista que fazia um interessante contraste com a edificação art déco ao lado – dois estilos modernos que fazem parte do imaginário fundador de Goiânia.

11

Na época da demolição, de acordo com entrevistas feitas por Godinho (2018), a casa tinha um papel social e compunha a memória dos usuários da região apesar de não ser tombada. Para Maria Ester de Souza, coordenadora da Comissão de Política Urbana e Ambiental do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás:

As verificações construídas pelo homem ao longo do tempo fazem referência à história independente de ser tombado, ou não. O tombamento é o meio de resguardar a história [...] Enquanto não houver uma política de estímulo para os donos de patrimônios antigos, vários prédios serão destruídos (O popular, 2018, s/p).

Por último, Carsalade (2010) defende que “a ausência de uma investigação das culturas locais acaba gerando erros nas estratégias de implementação e gestão” (Carsalade, 2010, p.82). Nos últimos anos, as estratégias adotadas pela cidade desconsideram as demandas locais da região central de Goiânia. Ou seja, apesar da retomada da discussão sobre a necessidade de uma melhor preservação e revitalização do patrimônio histórico, esta não foi estabelecida a partir dos edifícios, valores e elementos constitutivos da paisagem, da memória e da história goianiense. Ao contrário, o resultado encontrado foi a ocorrência de novos projetos

e novas construções para uma retomada de moradia para a classe média alta nessa região, desconsiderando os moradores e usuários que já ocupam o centro.

Figura 6 - Mapa com fotos da AGL (em vermelho) e do terreno vago, onde no passado se encontrava uma casa modernista, formando uma linha do tempo da Rua 20.



Figura 7 - Terreno ao lado da AGL, Rua 20, 2023.
Foto: Letícia Ribeiro, 2023.



Figura 8 - Casa modernista com grafites na Rua 20 em 2017.
Fonte: Street View, Goiânia - GO.



Figura 9 - Casa modernista ao lado da AGL, Rua 20, 2011.
Fonte: Street View, Goiânia - GO.



Figura 10 - Vista aérea da AGL na Rua 20 em 2024.
Fonte: Street View, Goiânia - GO.

Fonte: Letícia Ribeiro, 2024.

Um dos pontos que está causando as maiores mudanças desde 2023, é a discussão e aprovação do novo Plano Diretor de Goiânia (2023). Nele, bairros

com áreas críticas de fluxo de trânsito e de construções – como o Jardim Goiás e o Setor Bueno – tiveram restrições para reduzir o aumento do adensamento e, conseqüentemente, gerar demanda para ocupação em outras regiões da cidade. Um dos locais apontados como região de interesse por esse documento, para investimentos de construção de edifícios, é o Setor Central da cidade. Para que isso fosse aprovado, argumentou-se que o adensamento populacional é uma forma de revitalizar o centro da capital, trazendo novos moradores e, com isso, seria possível preservar a história da cidade (Vera, 2023).

No entanto, como defende Tadeu Arrais em entrevista ao Jornal Opção (Vera, 2023, s.p.) “o Centro já tem vida e é povoado, por isso não é necessária essa revitalização. O que são necessárias, diz o professor, são medidas e programas que tornem a região atrativa para as pessoas”, principalmente no período noturno. O que essa mudança está causando, na realidade, são várias construções históricas à venda e sendo demolidas. Além disso, no dia 23 de outubro de 2023 foi apresentado o projeto de revitalização do Centro que prevê isenção do IPTU para estacionamentos horizontais e verticais na região central (Assunção, 2023). Isso demonstra a valorização do automóvel, em detrimento de edifícios que componham a paisagem local e que possuam usos próprios e que agreguem a região. Com essas duas mudanças, o que veremos será cada vez mais o patrimônio, presente na memória da população, ser substituído por apagamento e com as demolições.

Um exemplo dessa substituição que já ocorreu no percurso da rua 20, por um grande empreendimento, foi a substituição das casas demolidas em frente à Catedral Metropolitana (círculo laranja tracejado da Figura 11). A partir do mapeamento realizado, observa-se que, das casas-tipo que fizeram parte da fundação da Rua 20, apenas uma ainda se encontra existente (Figura 14), porém está descaracterizada e, atualmente, passou por uma reforma para uma futura venda. A casa modernista, que posteriormente abrigou o Hospital Maria Auxiliadora (Figura 12) foi demolida para permitir a construção do estande de vendas e apartamentos decorados (Figura 13) que dá apoio ao empreendimento de alto padrão *Katedral Sky Rooftop* – o primeiro de muitos que ocorrerão nos próximos anos nessa via. Outras edificações que resistiram, como pode ser observado nas imagens da Figura 11, atualmente (2023, ano da realização deste levantamento), estão escondidas atrás de muros, placas ou construções para abrigar os novos usos.

Figura 11 - Mapa com fotos da AGL (em vermelho) e do terreno vago, onde no passado se encontrava uma casa modernista, formando uma linha do tempo da Rua 2.



14



Figura 12 - Antigo Hospital Maria Auxiliadora em 2017.
 Figura 12: Stande do *Katedral Sky Rooftop.et View*, Goiânia - GO, 2023.



Figura 13 - Antigo Hospital Maria Auxiliadora em 2017.
 Figura 13: Stande do *Katedral Sky Rooftop.et View*, Goiânia - GO, 2023.



Figura 14 - Casa-tipo descaracterizada.
 Fonte: Letícia Ribeiro, 2023.

Fonte: Letícia Ribeiro, 2024.

Como já mencionado, a Rua 20 em seus primeiros anos, era composta por edifícios predominantemente residenciais, térreos e assobradados, aos moldes das casas-tipo e outros exemplares de diversos estilos arquitetônicos. A sua ambiência original contava com uma urbanidade predominantemente doméstica e realçada pelos recuos e jardins, com muretas baixas, que favoreciam o compartilhamento visual entre os espaços públicos e privados, promovendo encontros e construindo vínculos, atentos e estimulados às movimentações cotidianas típicas da época. À época dos anos 2000, algumas casas originais, em estilo eclético, já se encontravam abandonadas, como pôde ser percebido durante as visitas de campo do projeto de pesquisa denominado “Antropologia na Cidade”, coordenado pelo professor Manuel Ferreira Lima Filho. Esse projeto culminou com a escrita do livro “Formas e Tempos na Cidade (Lima Filho; Machado, 2007)”, com várias abordagens antropológicas, geográficas e arquitetônicas acerca da Rua 20.

O conjunto da Rua 20, de um modo geral, devido aos processos de substituição, perdeu a coesão de um conjunto original, que apesar das variedades de estilos, constituiu a primeira porção habitada da nova capital. Desde os anos 2000, passa despercebido ao visitante, que essa porção do núcleo pioneiro e seu primeiro conjunto edificado tivesse sido palco de tantas histórias, memórias e identidades e que carregasse representações tão variadas do repertório arquitetônico moderno. Como mostram os seguintes relatos recolhidos a partir de entrevista por Frota Filho e Galli (2020):

[...] Nessa casa, o casal Oscar Sabino de Freitas e Amelina José de Freitas residiu até o seu falecimento. Ela, em 1973, e ele, em 1982. De toda forma, a filha Daura Sabino de Freitas permaneceu residindo na casa, até a segunda metade da década de 1980. A residência, depois de décadas fechada, sem interesse de pessoas para sua locação, sem unidade familiar par sua preservação, sem contar com o apoio do município do Estado para o seu tombamento reconstrutivo, foi simplesmente, desmanchando-se “nas dobras do tempo”. Era a casa, em toda a extensão da Rua 20, a última das construções do início da década de 1940. Foi, infelizmente, demolida em 2013. Na Rua 20, só resta, em 2020, o sobrado que pertenceu a Colemar Natal e Silva, construído entre 1933 a 1935, atual sede da Academia Goiana de Letras, derradeira testemunha arquitetônica do logradouro batismal do urbanismo goianiense de alvenaria (Frota Filho; Galli, 2020, p.130-131).

[...] Na manhã de 2 de abril de 1968, um dia depois da morte de um lavador de carros, confundido com o líder estudantil Euler Ivo, assassinado pelas forças de repressão, em Goiânia durante uma passeata estudantil de protesto, a

Catedral estava lotada de estudantes, que lá se refugiaram com medo da reação ditatorial. Sem respeitar o solo sagrado da instituição, agentes da ditadura invadiram a Catedral, com o pretexto de que havia estudantes portadores de bombas – coquetos molotov. Na invasão, foi atingido por um tiro nas costas o acadêmico de Direito, Telmo de Faria, e com um tiro no pé a acadêmica de Belas Artes, Maria Lúcia Jayme. Enfrentando a animosidade dos policiais, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira colocou os dois estudantes feridos numa camionete e, sob a vigilância de dois soldados armados fuzis, levou-os ao Hospital Santa Helena, onde foram socorridos pelo médico José Fleury Curado. Na tarde desse mesmo dia, 2 de abril de 1968, havia sido programada a celebração de uma missa na Catedral pela morte do lavador de carros assassinado. Apesar dos policiais na Catedral e na residência episcopal, a missa foi celebrada por Dom Antônio Ribeiro de Oliveira (Frota Filho; Galli, 2020, Pp. 192-193).

Das primeiras construções da capital, poucas permanecem existentes. A região entre a Catedral e a Rua 15 do Centro, por exemplo, hoje, no século XXI, possui um novo significado no imaginário goiano. Na época da construção de Goiânia, residir nessa localidade conferia status, tendo em vista a proximidade ao centro cívico e ao fato da Catedral ser um importante equipamento religioso e social que movimentava a região. Em 2024, no entanto, apesar da Catedral, em meio a outros tantos equipamentos religiosos, ter sua presença diluída na complexidade do contexto e das novas dinâmicas urbanas, ela permanece presente na memória e na vida goianiense, sendo um ponto de convergência social, memória de encontros, batizados, casamentos e missas, no qual, ainda é possível observar pessoas utilizando o seu espaço público para encontros e reuniões no período diurno.

Além disso, foram adicionados camadas e usos ao longo dos anos, como no caso da AGL, que foi instalada na antiga casa de Colemar Natal e Silva, os prédios que participaram da verticalização da década de 1960, os estacionamentos para suprir a necessidade dos moradores da região, e mais recentemente, as novas construções, como o empreendimento *Katedral Sky Rooftop* – fruto de um novo processo de verticalização e da especulação imobiliária como já citado acima. Todos esses novos fatos minimizam os resquícios de uma Goiânia original. Não se trata de uma visão romântica, utópica ou congelada, interessada em um resgate impossível, tampouco em aceitar a transfiguração e substituição de uma paisagem que, ora revelava a paisagem construída uma então jovem capital, mas de um posicionamento crítico e contextual da memória da cidade.

Conclusões

Desde a virada do século XXI, a Rua 20 está passando por um processo de verticalização e transformação intensa, justificados pela deterioração e degradação dos edifícios no local. Isso ocorre em função da especulação imobiliária oportunizada pela proximidade com outros bairros em desenvolvimento, como o Setor Universitário, da grande oferta de imóveis à venda e, principalmente, do estímulo do novo Plano Diretor – que facilita a construção de edifícios na região – e das tecnologias modernas que permitem agilidade nas construções. Assim, ao buscar mapear a Rua 20 e marcar esses principais pontos, foi possível perceber que ela continua sofrendo transformações, e que as demandas atuais estão se sobrepondo a tradição e ao patrimônio – que deveria ser preservado e não apagado.

Percebe-se, assim, que em relação aos edifícios construídos nas primeiras décadas da Rua 20, apenas aqueles que são instituições, como o antigo edifício da Faculdade de Direito da UFG, ou que se tornaram instituições, como a antiga Casa de Colemar Natal e Silva que se tornou a AGL, se mantêm existentes e preservados, apesar da demolição de edifícios que abrigaram funções institucionais, conforme abordado. Enquanto isso, os edifícios privados sofrem mais facilmente com o apagamento e descaracterização. Dessa maneira, essas mudanças e substituições, como já discutido por esse artigo, geram uma perda de identidade e conflitos entre os novos espaços e a imagem já consolidada na memória de seus usuários.

Portanto, essa pesquisa buscou discutir as transformações desse espaço, como processo decorrente das políticas que visam a exploração do território. Com isso, espera-se fomentar futuras discussões sobre as modificações que estão ocorrendo nesse local e gerar questionamentos sobre qual será o futuro da paisagem urbana da Rua 20, se essas transformações foram e estão sendo adequadas para as demandas da população e do seu cotidiano e quem são, e se há uma conexão, entre as empresas privadas responsáveis pelas compras de imóveis e por implementar as novas construções nessa localização.

Referências

ASSUNÇÃO, Marília. Centraliza: projetos de lei para isenção de impostos são finalizados para irem à Câmara. **Jornal Opção**. Goiânia, 2023. Disponível em: <https://diariodegoias.com.br/centraliza-projetos-de-lei-para-isencao-de-impostos-sao-finalizados-para-irem-a-camara/373197/> Acesso em: 05/01/2024.

CARSALADE, Flávio L. Área central: um olhar a partir do patrimônio cultural. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 79-92, 2010.

CULLEN, Gordan. **A paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

CRAMPTON, J.; KRYGIER, J. An introduction to critical cartography. In: **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, 11-33, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267513560_Uma_introducao_a_cartografia_critica Acessado em: 27/11/2023.

GODINHO, Dayrel. Imóvel antigo é demolido na Rua 20, em Goiânia. **O Popular**. Goiânia, 8 de ago. 2018. Cidades. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/imovel-antigo-e-demolido-na-rua-20-em-goiania-1.1591452>. Acesso em: 13/08/2023

GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília, DF: Editora UFG, 2002.

FROTA FILHO, Hugo Walter; GALLI, Ubirajara. **Rua 20, centro, Goiânia – Goiás: a maternidade do urbanismo goianiense**. Goiânia: Kelps, 2020.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. In: Cidades rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, pp. 27-66, 2014.

HARVEY, David. **O Processo Urbano no Capitalismo: Um Arcabouço para Análise**. In: HARVAY, David. Os Sentidos do Mundo: Textos Essenciais. São Paulo: Editora Boitempo, p.73-86, 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?. **Rua – Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 1, n. 8, p. 32-39, julho/dezembro de 2003.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1991.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p.15-32, 2005.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida (Orgs). **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, GO: Canone Editorial, Ed. UCG, 2007.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo, SP: Martins fontes, 2006.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. Goiânia **art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento**. Goiânia, GO: IPHAN, 2004.

MESQUITA, André. Counter-Cartographies – The Insurrection of Maps. In: Kollektiv Orangotango (eds.: Halder, S. et. al). **This Is Not an Atlas: A Global Collection of Counter-Cartographies**. Transcript, Social and Cultural Geography, Volume 26, 2018.

MESQUITA, A. Sobre mapas e segredos abertos. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, p. 116-137, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15449>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MOURA, Ana Amélia de Paula. Arquitetura residencial em Goiânia (1935 – 1940): a modernidade revelada. Brasília: **dissertação de mestrado** UnB, 2011.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo, SP: Martins fontes, 2001.

SANTOS, R. E. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In: **XII Coloquio de Geocrítica**. Bogotá, 7 a 11 de Mayo, 2012.

SPERLING, D. Você(não) está aqui: convergências no campo ampliado das práticas cartográficas. In: **Indisciplinar / EA-UFMG**. Belo Horizonte (MG), V. Semestral, n.2, v.2, pp. 77-92, 2016.

SOJA, Edward W. **Seis Discursos sobre la Postmetrópolis**. In: RAMOS, Ángel Martín. (org.) Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos. Barcelona: Edicions UPC, p. 91-98, 2004.

SOJA, Edward. w. Para além de postmetropolis. **Revista ufmg**, belo horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf Acesso em: 06 de maio de 2023.

VALVA, M. D. A Permanência E A Transformação Das Cidades. Goiânia E O Tombamento De Seu Traçado Viário. **Revista Espacios** Vol. 38 (Nº 16), 2017.

Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n16/17381615.html>. Acesso em: 04 out. 2022.

VERA, Fabrício. Adensamento urbano: o fenômeno pode deixar Goiânia (mais) caótica. **Jornal Opção**. Goiânia, 2023. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/adensamento-urbano-o-fenomenopode-deixar-goiania-mais-caotica-531248/>. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

VILARINHO, Luana Chaves. **Descentralização do centro de Goiânia (1950-1980)**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 2, p. 39-58, Jul./Dez. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6046/4824>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

NOTA

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 22/11/2023

APROVADO EM: 15/12/2024

PUBLICADO EM: 24/12/2024